



Extensão Universitária enquanto Assessoria Técnica: Experiência com o Assentamento Dom Pedro Casaldáliga - Cajamar, SP

**Community outreach as technical assistance:
Experience in a rural settlement**

Bárbara Mühle, graduação FAU USP, barbaramuhle@gmail.com

Mathews Vichr Lopes, graduação FAU USP, mvichrl@gmail.com

Victor Presser, graduação FAU USP, vapresser@gmail.com

RESUMO

Este presente artigo é um relato auto-crítico sobre a experiência de trabalho do Grupo de Construção Agroecológica (GCA) junto ao assentamento Dom Pedro Casaldáliga, na tentativa de acessar verbas para o financiamento das reformas de 28 casas de famílias assentadas, através do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) da Caixa Econômica Federal. O GCA é um coletivo autogerido por estudantes, que se enquadra institucionalmente enquanto Extensão Universitária da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP). Numa reflexão acerca do trabalho em forma de assessoria técnica desenvolvido pelo GCA junto ao assentamento, busca-se neste artigo discutir os problemas e as soluções encontradas durante este processo, bem como possibilidades de intersecção entre extensão universitária e políticas habitacionais.

Palavras Chave: extensão universitária; assessoria técnica; política habitacional; reforma; assentamento rural.

ABSTRACT

This article is a self-critical report of the work experience of the Agroecological Construction Group (GCA) in the settlement of Dom Pedro Casaldáliga, in an attempt to access funds to finance the reforms of 28 homes of settled families through the National Program of Rural Housing (PNHR) of the Caixa Econômica Federal. The GCA is a self-managed group of students, which is institutionally part of the University Extension of the Faculdade de Arquitetura e Urbanismo of the University of São Paulo (FAU-USP). In a reflection about the work in the form of technical assistance developed by the GCA with the settlement, this article seeks to discuss the problems and solutions encountered during this process, as well as possibilities of intersection between university extension and housing policies.

Keywords: community outreach; technical assistance; housing policies; reform; rural settlement.

O GRUPO DE CONSTRUÇÃO AGROECOLÓGICA E O ASSENTAMENTO DOM PEDRO CASALDÁLIGA

O Grupo de Construção Agroecológica (GCA) é um coletivo autônomo e horizontal que tem a extensão universitária como uma de suas principais frentes, composto por volta de vinte estudantes de diferentes anos de graduação dos cursos de Arquitetura e Urbanismo, Design e Geografia da USP, e que conta com a colaboração de arquitetos urbanistas graduados e professores.

O grupo busca explorar técnicas alternativas à construção civil, como a agroecologia ou a permacultura, formas sustentáveis por lidar com materiais pouco processados e com baixo impacto social, ambiental e energético, disponíveis nos contextos de cada lugar, e que buscam recuperar um conhecimento construtivo e produtivo tradicional, no caso se referindo principalmente a materiais tais como terra crua e bambu. Aproximando-se dos processos produtivos, o grupo também busca atuar de forma a questionar e interferir nas relações de trabalho estabelecidas nos canteiros de obra convencionais através da sensibilização, autogestão e construção coletiva.

Entre os trabalhos já realizados pelo grupo de extensão encontram-se a construção de um sanitário compostável (banheiro seco) em uma ocupação do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) em Itapevi, e a construção da Casa das Artes Frida Kahlo na ENFF (Escola Nacional Florestan Fernandes) do MST. Foram experiências exitosas que trataram de problemáticas distintas, como forma de financiamento, uso de materiais e tempo de duração. Em ambos os casos, trataram-se de trabalhos pontuais, com início e fim claramente definidos pelo escopo do trabalho, diferente da experiência a ser discutida por este artigo.

Atualmente, o GCA conta com quatro bolsas de Extensão Universitária, obtidas através do edital do Programa Unificado de Bolsas (PUB) da USP, especificamente cedidas para o projeto de Melhorias e Requalificações Habitacionais no Assentamento Rural do MST Dom Pedro Casaldáliga, principal frente de trabalho do grupo por ora. A proposta deste projeto de Extensão Universitária é assessorar tecnicamente as famílias visando o acesso a programas habitacionais de financiamentos de melhoria e requalificação de suas moradias, especificamente o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), que se insere como categoria do programa federal PMCMV (Programa Minha Casa Minha Vida).

O Assentamento do MST Dom Pedro Casaldáliga se situa em Cajamar, região do interior paulista, a 40 km da capital do Estado. Após anos de ocupação e luta pela Reforma Agrária, com o apoio e liderança do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, o assentamento foi regularizado pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) em 2006, e nele hoje residem 28 famílias. Na época da regularização, o Instituto disponibilizou recursos financeiros (mais precisamente R\$ 13.000,00) e plantas de tipologia padrão para a construção de casas, que foram insuficientes para sua conclusão. As casas nunca foram terminadas – não receberam telhados, acabamentos internos e externos, impermeabilizações, entre outros serviços – e apresentam atualmente diversos problemas e patologias construtivas que estão se agravando com o passar do tempo, justamente pela não conclusão das obras.

No Assentamento Dom Pedro Casaldáliga também atuam outros grupos de extensão universitária da USP, a saber: Escritório Piloto da Escola Politécnica e ITCP (Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares), que têm se debruçado sobre questões de infraestrutura e produção no assentamento, e com os quais este grupo de extensão busca constantemente atuar em consonância e conjunto.

Além disso, a composição do grupo tem arquitetos formados com experiência profissional na área de assessoria técnica, o que se mostrou caminho muito rico de contribuição a constantes discussões técnicas e de método. A experiência mostrou que, respeitada a autonomia do coletivo estudantil, a articulação a outros agentes diversos somente tem a contribuir para a estruturação das formas de trabalho.

PRIMEIROS CONTATOS COM O ASSENTAMENTO E A PROPOSTA DE REFORMA DAS CASAS

Para compreensão deste relato, é importante, sobretudo, enfatizar a organicidade do processo, onde as estruturas metodológicas de atuação não foram rigidamente pré-estabelecidas. O trabalho foi se estruturando a partir do contato com a realidade concreta. A cada nova questão que surgia, o processo era repensado, através de uma tentativa de construção coletiva. É evidente, portanto, que a dinâmica do trabalho passasse por diversas mudanças ao longo do tempo.

A demanda pela reforma das casas das famílias do assentamento Dom Pedro Casaldáliga chegou através de um dos integrantes do GCA com uma liderança do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no assentamento, no segundo semestre de 2014. Através do conhecimento dessa demanda, o GCA propôs uma primeira assembleia com as famílias, realizada na “Casa de Farinha” do assentamento - espaço com uso adaptado, que serve praticamente como único local de sociabilidade e uso comum dos moradores, e onde são realizadas assembleias, encontros e cursos no assentamento.

Nesta primeira assembleia, e a partir de breve visita a todas às casas, tomou-se o conhecimento da existência de um número de 28 casas construídas no assentamento, em sua grande maioria pela forma da autoconstrução, e com necessidade de reforma. Entre as principais patologias presentes e já citadas se destaca a infiltração em paredes e laje de cobertura, devido a ausência de telhados ou de impermeabilizações adequadas. Após a terceira assembleia, que contou com boa parte das famílias assentadas presentes (por volta de 15 a 20 famílias do total de 30), foi decidido que o GCA iniciaria um estudo de viabilidade de reforma das casas, com o objetivo de assessorar tecnicamente o assentamento para tentar um possível programa de financiamento do Estado. O GCA colocou a necessidade da participação dos assentados no processo, como contrapartida para a realização do trabalho, ou seja, que participassem das assembleias e que ajudassem nas possíveis burocracias a serem requisitadas pelo programa de financiamento. Nesta assembleia também foi deliberado coletivamente que a Entidade Organizadora (instância necessária para o acesso ao Programa Minha Casa Minha Vida Entidades, ao qual o PNHR se inseria na época) seria a Cooperativa Agropecuária de Cajamar- COOPEC, cooperativa de distribuição de alimentos constituída por praticamente todos os moradores do assentamento, mas que ainda se encontrava em fase de estruturação.

É importante ressaltar que, na época (2º semestre de 2014), não existiam experiências de financiamento de reformas pelo PNHR, ainda que previstas pelo programa - apenas foram encontradas experiências de novas construções. Estávamos num momento em que o Minha Casa Minha Vida 2 (MCMV 2) se esgotava, e a possibilidade de financiamento das reformas era esperada com o futuro lançamento do MCMV 3 pelo governo Dilma Rousseff.

METODOLOGIA: LEVANTAMENTO, PROJETO E ORÇAMENTO

A viabilização das reformas e melhorias está baseada em levantamentos específicos das situações das moradias, na observação de como tais situações se repetem e quais as possibilidades de soluções coletivas ou com algum nível de padronização. Paralelamente, no reconhecimento de técnicas construtivas e recursos materiais disponíveis na região em que se situa o assentamento.

Os levantamentos tinham dois aspectos: buscavam identificar as condições físicas das moradias, as características da construção e suas patologias e, por outro lado, buscavam reconhecer os modos de vida e as necessidades habitacionais de cada família. Para dar conta do primeiro aspecto, foram realizados levantamentos dimensionais, fotografias e observação sistematizada em desenhos técnicos. No segundo aspecto, realizaram-se entrevistas semiestruturadas, que pautaram questões objetivas como composição familiar, renda e necessidades relacionadas à habitação.

Fugindo de um trabalho estritamente técnico, estes momentos de diálogo configuraram-se extremamente ricos, com potencial de aproximar a relação entre os integrantes do grupo e os moradores do assentamento. Vimos que relação dialógica entre ambos, indispensável ao trabalho extensionista, era mais possível nestes momentos do que em momentos de assembleia, com outro papel no processo. Isto para ressaltar que, longe de tratarmos as casas estritamente por sua materialidade, esta dimensão do processo nos fez entender proximamente a vida de cada morador, em escala que a política habitacional tradicional dificilmente chega.

A partir dos levantamentos e do diagnóstico sobre as condições de moradia, os problemas e necessidades comuns a maioria das casas foram avaliados e algumas estratégias foram definidas em relação ao desenvolvimento dos projetos de reforma, levando em consideração as condições impostas pelos programas governamentais de financiamento para melhorias – em particular o PNHR (Programa Nacional de Habitação Rural), uma das modalidades do Programa Minha Casa Minha Vida.

A síntese dos levantamentos foi sistematizada em um diagnóstico geral das condições habitacionais do assentamento, que nos ajudou a verificar as diferentes condições habitacionais existentes, principalmente em relação aos estágios de acabamento. A partir do diagnóstico foram delimitadas as ações e metodologias da etapa de projeto seguinte, pois algumas patologias e necessidades mostraram-se recorrentes em diversas casas, e como se buscava métodos mais rápidos e eficientes na elaboração dos projetos, isto possibilitaria intervenções menos específicas, e portanto mais práticas. As patologias e demandas foram categorizadas na Tabela 1:

FAMÍLIAS	POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO								
	CASA	TELHADO	AZULEJO/PISO	REBOCO INT	REBOCO EXT	PINTURA	SOLUÇÃO MOFO	VARANDA	MAIS 1 CÔMODO
1									
2									
3									
4								frente	
5									
6									2Q+1B visitas no asst
7									
8									
9									
10									quarto e depósito
11									
12									
13								cozinha ext	
14									
15									
16									
17									casa para o filho
18								trás	área de serviço cob
19	escolheram não participar								
20	escolheram não participar								
21									cozinha ext
22								cozinha ext	
23									
24									
25									
26									
27									
28									

Tabela 1: Sistematização das possíveis intervenções. Elaboração própria do Grupo de Construção Agroecológica, 2016.

Frente a tais questões, constatou-se que vinte oito projetos completos e detalhados de reforma, principalmente se tratando de casas pouco acabadas como as do assentamento, demandaria muito tempo e dedicação para serem elaborados (apenas processo de levantamento dos as built já havia durado mais de um ano e meio), e que a verba disponível de R\$22.000,00 para melhorias em cada casa do último PNHR vigente não seria suficiente para suprir todas suas necessidades e patologias. Como solução, foram elaborados “kits” de melhorias de acordo com as necessidades mais recorrentes, a partir dos quais seriam elaborados os projetos padrões passíveis de reprodução e os orçamentos de acordo com a tabela do SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil), adotado pela CAIXA. Os kits vêm sendo tratados como um meio para otimização dos projetos, especificações, memoriais e orçamentos, visando garantir o acesso das famílias ao financiamento de melhoria, previsto no PNHR, e são apresentados na Tabela 2, anexada ao fim do documento. Os *as built* feitos de todas as casas seguem modelo apresentado na imagem 1, também anexada no fim.

ANÁLISES SOBRE O TRABALHO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E O ACESSO A UM PROGRAMA GOVERNAMENTAL

Ao longo do desenvolvimento dos trabalhos, a conjuntura política e econômica passou por consideráveis reviravoltas que influenciaram diretamente os programas governamentais de habitação. Desde finais do ano de 2014 contava-se com o lançamento e a implantação efetiva do MCMV Fase 3, que incluiria o financiamento direcionado a melhorias e ampliações nas áreas

rurais, dentro do PNHR. O lançamento da terceira fase do programa foi adiado inúmeras vezes, ocorrendo apenas em 30 de março de 2016 mas sem a liberação de verbas federais.

Foi decidido em assembleique, independentemente de um programa específico, qualquer que fosse o programa de financiamento futuro para as reformas, seria dada continuidade aos trabalhos e que os produtos desenvolvidos (as builds, projetos e orçamentos) poderiam ser importantes para as famílias, no sentido de ter posse de ferramentas que pudessem instrumentar uma luta política por investimentos públicos habitacionais e também de possíveis financiamentos futuros.

O foco na linha de financiamento mobilizada por um programa federal, sendo esta praticamente a única alternativa em perspectiva durante todo o tempo de desenvolvimento do trabalho, se por um lado traz ao Grupo uma dimensão de acesso a maior montante de verbas, por outro, torna o projeto suscetível à conjuntura política. A instabilidade do atual governo indica que muitas incertezas irão permanecer, tendo sido inclusive já cortados e congelados considerável número de programas governamentais. Mas esse fato conjuntural não invalida, pelo contrário, reforça o trabalho efetuado pelo Grupo até o momento.

A extensão universitária, que acontece nesse caso como um projeto de iniciativa dos próprios estudantes, deve ser observada também na perspectiva da atuação profissional e de construção de políticas públicas da categoria, já que a Lei Federal 11.888/2008, que “assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social”, prevê, em seu Artigo 4º, que os serviços de assistência técnica devem ser prestados, entre outros agentes, por “profissionais inscritos em programas de residência acadêmica em arquitetura, urbanismo ou engenharia ou em programas de extensão universitária, por meio de escritórios-modelos ou escritórios públicos com atuação na área”. O Grupo de Construção Agroecológica vem desempenhando também um importante papel na política estudantil, pois ensaia um processo de articulação com outros grupos autônomos de extensão com o intuito de constituir relações e trabalhos coletivos.

A etapa de levantamento demandou visitas frequentes ao assentamento, e as vistorias acabaram sendo um meio importante de aproximação e estreitamento dos laços com os moradores. A cada visita nos sentíamos mais bem recebidos por eles. No entanto, o trabalho estritamente relacionado a este programa governamental, muito se condicionou a forma do trabalho, uma vez que os materiais exigidos para acessar as verbas são de rígido caráter técnico. Cabia ao grupo contribuir na elaboração de materiais que fugiam do domínio da técnica dos assentados, o que invariavelmente gerou distanciamentos com a realidade local, uma vez que boa parte do trabalho se realizava fora do assentamento.

Devido à diferença nos estágios de aprendizado e graduação dos componentes do grupo, desde a primeira fase de levantamento, ficou clara a importância da capacitação de todos os indivíduos do Grupo de Construção Agroecológica para o cumprimento de todas as funções e para evitar a sobrecarga de tarefas àqueles que já dominavam as técnicas. Para tanto, foram então realizadas pelo grupo oficinas de capacitação.

Já na fase de projeto, ao desenvolver o projeto de reforma piloto até o orçamento final, nos deparamos com dificuldades principalmente quanto à adequação à verba disponibilizada, que se mostrou muito baixa em relação às precariedades existentes, quanto à definição das prioridades, e quanto ao preenchimento dos formulários e adequação às disposições do edital do PNHR. Para sanar algumas das dúvidas, o projeto piloto foi protocolado e enviado ao engenheiro responsável da CAIXA de Jundiá, que se disponibilizou a ajudar-nos.

Sobre o diálogo com os moradores, pode-se dizer que a comunicação direta é um tanto falha. Isso por se tratar de um assentamento rural com lotes individuais espaçados, principalmente por haver poucas áreas de uso coletivo, e apesar do fato de ter sido tirada em assembleia uma comissão de comunicação em ambas as partes, responsável em por levar as informações como datas de encontros e assembleias. Em termos comunitários o assentamento é bastante desarticulado e isto acaba dificultando nossa ação, pois a cooperativa do assentamento, que deveria atuar como Entidade Organizadora e representante do assentamento no processo do acesso ao programa, não incorporou as atribuições necessárias e previstas no edital do PNHR. Há inclusive problemas de representatividade no assentamento em relação à cooperativa. Apesar de todos os assentados fazerem parte dela, poucos são ativos e sentem-se representados.

No início do ano de 2016, foi realizada uma reunião com o engenheiro responsável pela aprovação dos processos na CAIXA, com a presença do Grupo de Construção Agroecológica e de alguns assentados. Nesta reunião nos aproximamos de questões como os documentos e pré-requisitos necessários por parte dos assentados, da assessoria técnica (Grupo de Construção Agroecológica) e da entidade organizadora (COPEC) para a entrada dos processos e acesso ao programa. Esta reunião foi esclarecedora e importante por alguns aspectos, principalmente em relação a algumas disposições do programa, que nos fizeram reelaborar algumas estratégias; e ainda, tomou-se ciência dos impedimentos existentes aos beneficiários, entre os quais possuir registro no CADIN (Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público) e débitos não regularizados junto à Receita Federal, foi também disponibilizada pela CAIXA uma tabela síntese dos parâmetros do PNHR que segue anexada.

A questão da regularidade fiscal foi bastante impactante para o assentamento, uma vez que a grande maioria das famílias apresenta irregularidade e o nome no CADIN. Esta notícia aumentou ainda mais o sentimento de insegurança e desânimo em relação à concretização do acesso ao programa entre os assentados. Quanto a isso, algumas alternativas foram pensadas conjuntamente, entre elas a busca por organizações e grupos de extensão universitária relacionados às áreas de direito, administração, contabilidade e economia que pudessem colaborar auxiliando tecnicamente os moradores a saída do CADIN e a renegociação de suas dívidas.

Nesse sentido, observa-se a importante necessidade de se contar com agentes de diferentes áreas durante a atuação como assessoria técnica e com movimentos sociais e o poder público. O Grupo de Construção Agroecológica é constituído por profissionais e estudantes ligados apenas às áreas de arquitetura, urbanismo e design, e desde o início dos trabalhos no assentamento passamos por algumas dificuldades relacionadas à nossa não capacitação em certos temas. Tentamos cumprir um trabalho social para o qual não fomos qualificados, e ainda sofremos com a ausência de profissionais como assistentes sociais que nos ajudassem a articular os moradores em prol de uma coletividade e do trabalho desenvolvido. Vemos então a necessidade de interdisciplinarizar o nosso grupo e o nosso trabalho.

Em relação à extensão aqui desenvolvida, é possível colocar-se que, de maneira geral, o tempo utilizado para a execução das tarefas é sempre maior daquele estimado inicialmente, e os planejamentos tendem a não serem cumpridos nas datas esperadas. O ritmo da extensão universitária está submetido a uma série de empecilhos e até desestímulos dentro e fora da universidade, entre eles estão a falta de infraestrutura disponibilizada, a sobrecarga com tarefas da graduação comum, que não prevê a extensão como componente da grade horária, e a falta de bolsas a todos os participantes, que trabalham voluntariamente.

CONCLUSÃO

O cenário atual se coloca de maneira nebulosa frente às políticas públicas de maneira geral e em específico frente à política habitacional. Após o lançamento MCMV Fase 3, ainda no governo de Dilma Rousseff, o cenário político do governo federal ficou caótico, culminando no processo de impeachment e no início do governo de Michel Temer. O novo presidente retirou do MCMV 3 a categoria Entidades, a qual o trabalho de assessoria se estruturava para conseguir o financiamento. A entrada de verbas para o então corrente MCMV 2 também foi interrompida. Em resposta, já se iniciou no fim de 2015 um ciclo de lutas pelos movimentos sociais, reivindicando o retorno da categoria Entidades no MCMV 3, o que pode demonstrar-nos a possibilidade de um crescimento forte dos movimentos populares a favor de direitos e contra os cortes e retrocessos nas políticas públicas. Olhando para o trabalho realizado a partir desta conjuntura do cenário federal, desfavorável ao financiamento, juntamente com a falta de mobilização interna do assentamento gera certa preocupação quanto ao desenvolvimento e a desmobilização para a conclusão do trabalho.

Foi colocada em cheque a linha tênue existe entre um assistencialismo paternalista e um processo realmente emancipatório, colaborativo, onde os assentados fossem sujeitos de sua própria transformação. Até que ponto este trabalho não teria imposto uma organização prévia de um coletivo dos assentados - a entidade -, que nunca existiu? A contrapartida exigida pelo GCA no início do trabalho (participação dos assentados no processo) não aconteceu, e o grupo se viu encabeçando sozinho este trabalho, encarregado em resolver funções que iriam muito além do próprio papel da assessoria técnica. Se um dos pontos importantes deste trabalho seria o fortalecimento do assentamento enquanto coletivo, percebeu-se que não isto que estava acontecendo e isto precisava ser problematizado também coletivamente.

Colocadas estas questões para os (poucos) assentados presentes nas últimas reuniões, cogitou-se o desinteresse das demais famílias em participar do processo principalmente pela dívida cadastrada no CADIN: desde que as famílias souberam que as dívidas com a União impossibilitavam o acesso ao financiamento, ficaram desestimuladas a participar do processo. A falta de resposta de entidade organizadora COOPEC também foi questionada, porém sem encaminhamentos definidos para resolver esta questão.

Em meio a discussões entre o GCA e os assentados, surgiu uma proposta a partir da fala de um assentado de realizar-se um “seminário”: um modelo de discussão com a presença de pessoas (profissionais, técnicos e/ou pesquisadores) que pudessem esclarecer dúvidas em tanto relação à obtenção do financiamento da Caixa e dos programas habitacionais, quanto à possibilidade de retirar o nome do CADIN.

Hoje, o GCA se empenha em finalizar a documentação técnica exigida pela Caixa (desenhos técnicos, preenchimento de tabelas de orçamento, cronograma, etc.), para protocolar o pedido de financiamento de cada uma das 28 casas. Ainda que insuficiente para protocolar o pedido, dado que seriam necessários documentos particulares e pessoais de cada família e da entidade organizadora, o GCA tem como posição que providenciar as demais documentações deveria ser, justamente, a contrapartida da COOPEC enquanto participante do processo. Atualmente o GCA se articula com um pequeno grupo de assentados para organizar o seminário, onde serão discutidas as questões organizativas, a conjuntura atual de financiamento, e o nome das famílias no CADIN. Um trabalho articulado de divulgação do seminário está sendo feito no assentamento, de maneira a tentar garantir a presença das famílias no dia. Os próximos passos serão decididos após a

realização do seminário. Desde já ficam implícitas algumas conclusões de dimensão mais geral, depois deste longo processo.

A dimensão do trabalho extensionista junto a movimentos sociais mistura-se muito com a dimensão da militância política, uma vez que se inclui dentre deste um contexto maior. A participação em eventos de movimentos sociais perante a esta conjuntura é indispensável no sentido de entender qual o rumo a que se aponta esta perspectiva de lutas, e quais suas pautas. No caso, a pauta de retorno das reformas dentro do programa Minha Casa Minha Vida está presente dentro desta agenda. As fronteiras, no entanto, são tênues, e têm limites.

A extensão no geral exige organização prévia do grupo que se trabalhará. Isto a partir da clareza de que não cabe a um grupo de extensão, essencialmente agente externo ao contexto local, organizar as pessoas. Reconhece-se, inclusive, a incapacidade de. Em nosso caso, a articulação com assentados parcialmente organizados, familiarizados com instâncias de discussão e deliberação coletiva, facilitou muito o trabalho no sentido de estabelecer espaços de real construção e decisão, no qual não existiam relações hierárquicas.

No entanto, percebemos na longa convivência junto aos assentados, que existe um grande desgaste entre os moradores, por diversas questões que não cabe a este texto discorrer. Mas principalmente, se a convivência entre eles no passado se deu de forma indispensavelmente coletiva, o que segundo muitos relatos configura uma “boa lembrança” de momentos de luta, hoje as relações se dão de modo mais individualista. Portanto, por se tratar de um trabalho que trata as casas de maneira individual, é imprescindível o cuidado para que no fim não se aumente este sentimento, que seria o sentido oposto do que este trabalho se propõe a ser. Mas recorrentemente nos deparamos a barreiras sociais que não cabem a nós, às quais reconhecemos que talvez não tenhamos a capacidade de transpor.

Por fim conclui-se que, apesar de nem todos os objetivos inicialmente planejados terem sido atingidos, desenvolveu-se um trabalho proveitoso e com muito aprendizado. Foi possível a aproximação com temas concretos e com a realidade de pessoas que vivem em condições muito distintas das nossas. As relações construídas ao longo do processo, entre os membros do Grupo de Construção Agroecológica e entre o Grupo e os assentados também foi muito frutífera.

Acredita-se na extensão universitária como forma de militância e atuação política, onde começa a ser delimitada a função social do arquiteto e urbanista e da universidade pública para com a sociedade. Pode-se constatar que o aprendizado fora da sala de aula é inestimável, e que a extensão universitária deveria receber muito mais incentivos do que recebe atualmente. O formato de atuação estabelecido por este grupo, de caráter interdisciplinar, com diversos profissionais de diversas idades, na atuação em forma de assessoria técnica para acesso a recursos públicos de políticas habitacionais, tem poucos precedentes. Entendemos que pode configurar rica e potencial frente de atuação, tanto no sentido de formação estudantil, quanto no sentido de construir relações a partir da cooperação em trabalhos de potencial concretização.

REFERÊNCIAS

O Grupo, no decorrer do trabalho, passou por diversos momentos de formação, com a leitura de textos sobre a atuação e a prática da extensão. No entanto, como o objeto de estudo deste artigo se deu pela interação com uma realidade específica, baseada principalmente pelo diálogo, são

pouca as referências que buscamos para tentar explica-las. Neste sentido, a bibliografia que segue colaborou no sentido de operacionalizar a prática extensionista e fomentar a autocrítica.

BOFF, Clodóvis. Como Trabalhar com o Povo. São Paulo: Vozes, 1984.

FERRO, Sérgio. O Canteiro e o Desenho. São Paulo: Projeto, 2005.

FREIRE, Paulo. Extensão ou Comunicação. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI)

Lei nº 11.977, de 07 de julho de 2009, que trata do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

Portaria Nº172, de 10 de Maio de 2016, que regulamenta o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR)

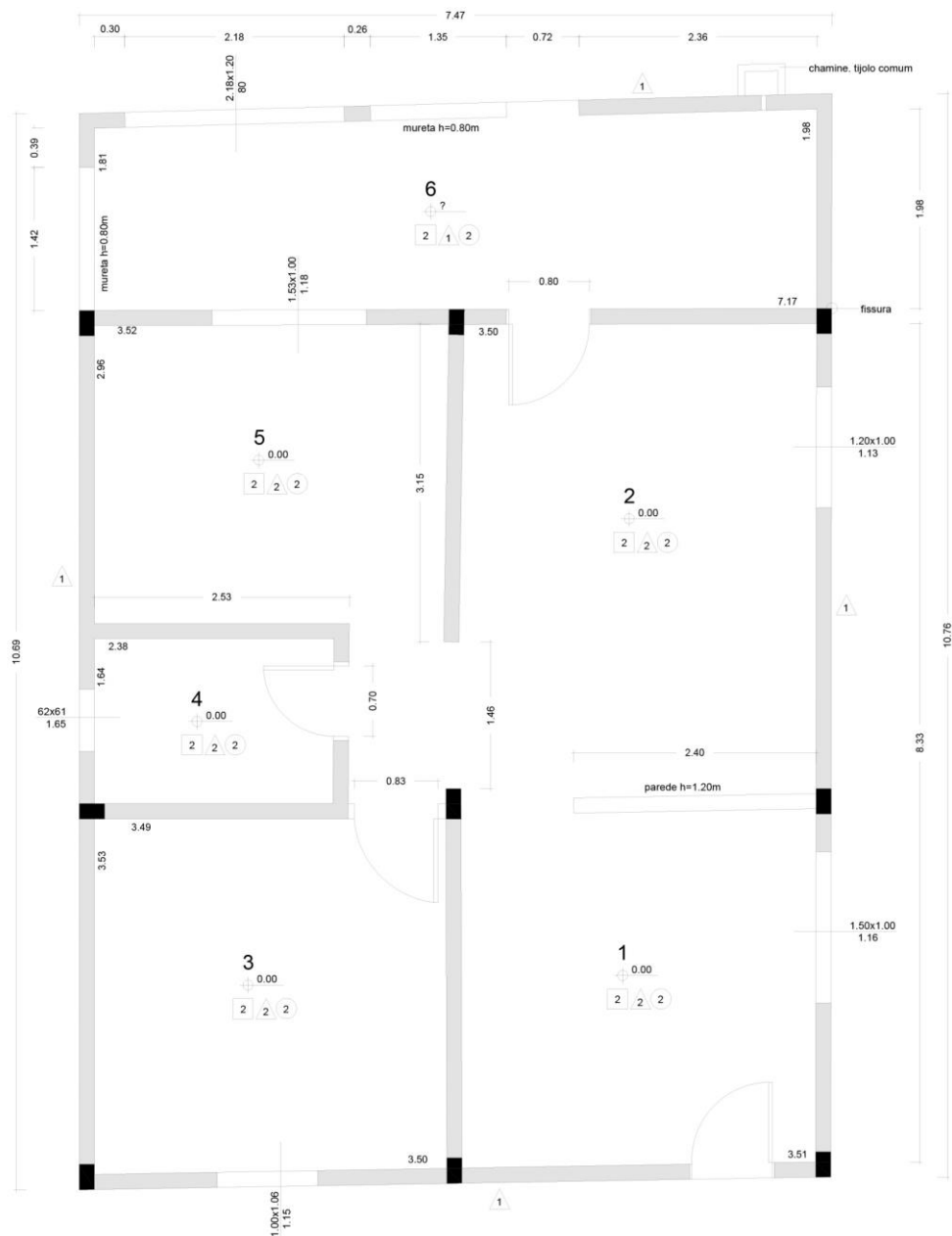
ANEXOS

TABELA 1 - REFERÊNCIA SINAPI			
ITEM	DESCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
1	KIT FOSSA (TERRAPLANAGEM E REMOÇÕES + ESGOTAMENTO SANITÁRIO)		
1.1	FOSSA BIODIGESTORA	un	
	ESCAVAÇÃO MANUAL CAMPO ABERTO EM SOLO EXCETO ROCHA ATÉ 2,00M PROFUNDIDADE	m3	47,61
1.1.1	CAIXA D'ÁGUA FIBRA DE VIDRO PARA 1000 LITROS, COM TAMPA	un	323,91
1.1.2	TUBO PVC, JE, DN 100 MM, REDE COLETORA ESGOTO (NBR 7362)	m	13,52
1.1.3	TUBO PVC, SOLDAVEL, DN 50 MM, PARA ÁGUA FRIA (NBR-5648)	un	10,56
1.1.4	TUBO PVC, SOLDAVEL, DN 25 MM, ÁGUA FRIA (NBR-5648)	m	2,72
1.1.5	CURVA DE PVC, 90 GRAUS, SÉRIE R, DN 100 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	un	43,06
1.1.6	LUVA SIMPLES, PVC, SOLDAVEL, DN 100 MM, SÉRIE NORMAL, PARA ESGOTO PREDIAL	un	3,95
1.1.7	TE, PVC, 90 GRAUS, BBP, JE, DN 100 MM, PARA REDE COLETORA ESGOTO (NBR 10569)	un	45,23
1.1.8	FLANGE PVC, ROSCAVEL, SEXTAVADO, SEM FUROS, 1"	un	5,59
1.1.9	FLANGE PVC, ROSCAVEL, SEXTAVADO, SEM FUROS, 2"	un	10,76
1.1.10	CAP PVC, SOLDAVEL, 25 MM, PARA ÁGUA FRIA PREDIAL	un	0,94
1.1.11	REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, SOLDAVEL, DN 50MM, COM CORPO DIVIDIDO	un	33,99
1.1.12	ANEL BORRACHA DN 100 MM, PARA TUBO SÉRIE REFORCADA ESGOTO PREDIAL	un	1,34
1.1.13	PASTA LUBRIFICANTE PARA USO EM TUBOS DE PVC COM ANEL DE BORRACHA (POTE DE 400* G)	un	14,05
1.1.14	ADESIVO PLÁSTICO PARA PVC, BISNAGA COM 75 GR	un	4,25
1.1.15	SILICONE ACÉTICO USO GERAL INCOLOR 280 G	un	10,70
1.1.16	BORRACHA DE VEDACAO, 15x15mm	m	
1.1.17	VALVULA DE RETENCAO DE PVC, BITOLA 100MM	un	
2	KIT COBERTURA (MADEIRAMENTO + TELHAS + OITAO)		
2.1	TRAMA DE MADEIRA COMPOSTA POR TERÇAS PARA TELHADOS DE ATÉ 2 ÁGUAS PARA TELHA ESTRUTURAL DE FIBROCIMENTO, INCLUSIVE TRANSPORTE VERTICAL. AF_12/2015	m2	10,14
2.2	COBERTURA COM TELHA DE FIBROCIMENTO ONDULADA, ESPESSURA 8 MM, INCLUINDO ACESSÓRIOS, EXCLUINDO MADEIRAMENTO	m2	55,41
2.3	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS VAZADOS DE CONCRETO DE 14X19X39CM (ESPESSURA 14CM) DE PAREDES COM ÁREA LÍQUIDA MAIOR OU IGUAL A 6M2 COM VÃOSE ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_06/2014	m2	54,87
2.4	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA VERTICAL DE 14X19X39CM (ESPESSURA 14CM) DE PAREDES COM ÁREA LÍQUIDA MAIOR OU IGUAL A 6M2 COM VÃOS E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_06/2014	m2	48,39
2.5	CALHA DE BEIRAL, SEMICIRCULAR DE PVC, DIÂMETRO 125 MM, INCLUINDO CABECEIRAS, EMENDAS, BOCAIS, SUPORTES E VEDACOES, EXCLUINDO CONDUTORES - FORNECIMENTO E COLOCACAO	m	56,14
3	KIT FORRO (FORRO ou ACABAMENTO TETO)		
3.1	CHAPISCO APLICADO NO TETO, COM ROLO PARA TEXTURA ACRÍLICA. ARGAMASSA INDUSTRIALIZADA COM PREPARO MANUAL. AF_06/2014	m2	6,93
3.2	MASSA ÚNICA, PARA RECEBIMENTO DE PINTURA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400L, APLICADA MANUALMENTE EM TETO, ESPESSURA DE 10MM, COM EXECUÇÃO DE TALISCAS. AF_03/2015	m2	23,55
3.3	APLICAÇÃO DE FUNDO SELADOR LÁTEX PVA EM TETO, UMA DEMÃO. AF_06/2014	m2	2,94

Tabela 2: Elaboração de Kits a partir das demandas de reforma das casas. Elaboração própria do Grupo de Construção Agroecológica, 2016.

3.4	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM TETO, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014	m2	11,77
4 KIT REBOCO			
4.1	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIA (SEM PRESENÇA DE VÃOS) E ESTRUTURAS DE CONCRETO DE FACHADA, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO MANUAL. AF_06/2014	m2	5,15
4.2	REBOCO COM ARGAMASSA PRE-FABRICADA, ESPESSURA 0,5CM, PREPARO MECANICO DA ARGAMASSA	m2	42,08
5 KIT AZULEJO PAREDE			
5.1	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDES INTERNAS COM PLACAS TIPO GRÊS OU SEMI-GRÊS PADRÃO POPULAR DE DIMENSÕES 20X20 CM APLICADAS EM AMBIENTES DE ÁREA MAIOR QUE 5 M2 NA ALTURA INTEIRA DAS PAREDES. AF_06/2014	m2	31,47
6 KIT PINTURA			
6.1	APLICAÇÃO MANUAL DE FUNDO SELADOR ACRÍLICO EM PAREDES EXTERNAS DE CASA	m2	2,35
6.2	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA TEXTURIZADA ACRÍLICA EM PAREDES EXTERNAS DE CASA, UMA COR.	m2	14,19
6.3		=	16,54
6.4	APLICAÇÃO DE FUNDO SELADOR LÁTEX PVA EM PAREDES, UMA DEMÃO.	m2	2,71
6.5	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX PVA EM PAREDES, DUAS DEMÃOS	m2	8,12
		=	10,83
7 KIT PISO			
7.1	EXECUÇÃO DE LASTRO EM CONCRETO (1:2,5:6), ESPESSURA 5CM, PREPARO MANUAL	m3	370,28
7.2	CONTRAPISO EM ARGAMASSA TRAÇO 1:4 (CIMENTO E AREIA), PREPARO MANUAL, APLICADO EM ÁREAS SECAS SOBRE LAJE, ADERIDO, ESPESSURA 4CM. AF_06/2014	m2	39,04
7.3	REVESTIMENTO CERAMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO GRES PADRÃO POPULAR DE DIMENSÕES 35X35 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA MAIOR QUE 10 M2. AF_06/2014	m2	24,44
7.4	LASTRO DE BRITA		
8 KIT PORTA E JANELA			
8.1	CAIXILHO FIXO, DE ALUMINIO, PARA VIDRO	m2	357,21
8.2	JANELA BASCULANTE DE ALUMINIO	m2	405,31
8.3	JANELA DE CORRER EM ALUMINIO, COM QUATRO FOLHAS PARA VIDRO, DUAS FIXAS E DUAS MOVEIS, INCLUSO GUARNICAO E VIDRO LISO INCOLOR	m2	417,52
8.4	FECHADURA DE EMBUTIR PARA PORTAS INTERNAS, COMPLETA, ACABAMENTO PADRÃO POPULAR, COM EXECUÇÃO DE FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2015	un	64,60
8.5	PORTA DE MADEIRA PARA PINTURA, SEMI-OCA (LEVE OU MÉDIA), 70X210CM, ESPESSURA DE 3,5CM, INCLUSO DOBRADIÇAS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2015	un	175,14
8.6	PORTA DE MADEIRA PARA BANHEIRO, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA, REVESTIDA COM LAMINADO TEXTURIZADO, 60X160CM, INCLUSO MARCO E DOBRADIÇAS	un	238,67

Tabela 2 (continuação): Elaboração de Kits a partir das demandas de reforma das casas. Elaboração própria do Grupo de Construção Agroecológica, 2016.




<p>1 Sala</p> <p>2 Cozinha</p> <p>3 Quarto Casal</p> <p>4 Banheiro</p> <p>5 Quarto criança</p> <p>6 Área de serviço</p>	<p>Observações e patologias</p> <ul style="list-style-type: none"> - Falta de água - não há encaimento do pesqueiro para o lolo - Terra não é boa e há falta de espaço - Parte elétrica exposta - Caixa d'água exposta esquenta muito - infiltração na fachada norte quando chove, proveniente da falta de cobertura da laje - Baixo isolamento térmico na casa - Incidência solar direta forte na sala e na varanda <p>Desejos</p> <ul style="list-style-type: none"> Caixa d'água coberta apoiada na laje Caixa d'água de 2000L Varanda na fachada leste - frente para rua 	<table border="0"> <tr> <td>1 terra</td> <td>1 bloco aparente</td> <td>1 laje aparente</td> </tr> <tr> <td>2 contrapiso</td> <td>2 chapisco</td> <td>2 chapisco</td> </tr> <tr> <td>3 cimentado</td> <td>3 reboco</td> <td>3 reboco</td> </tr> <tr> <td>4 piso cerâmico</td> <td>4 reboco pintado</td> <td>4 reboco pintado</td> </tr> <tr> <td></td> <td>5 texturado massa fina</td> <td>5 gesso sobre reboco</td> </tr> <tr> <td></td> <td>6 azulejo</td> <td>6 forro</td> </tr> </table>	1 terra	1 bloco aparente	1 laje aparente	2 contrapiso	2 chapisco	2 chapisco	3 cimentado	3 reboco	3 reboco	4 piso cerâmico	4 reboco pintado	4 reboco pintado		5 texturado massa fina	5 gesso sobre reboco		6 azulejo	6 forro	<p style="text-align: center;">Casa Nilton</p> <div style="text-align: center;">  <p>esc 1:50</p> </div> <p>Responsáveis</p> <p>André Meloni, Bárbara Mühl, Beatriz Marina Bottini, Prof. Caio Santo Amore</p>
1 terra	1 bloco aparente	1 laje aparente																			
2 contrapiso	2 chapisco	2 chapisco																			
3 cimentado	3 reboco	3 reboco																			
4 piso cerâmico	4 reboco pintado	4 reboco pintado																			
	5 texturado massa fina	5 gesso sobre reboco																			
	6 azulejo	6 forro																			

Imagem 2: Exemplo de as built realizado para todas as casas dos assentamentos. Elaboração própria do Grupo de Construção Agroecológica, 2016.